RUBEN MENDES MATOS

**A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO BRASIL:
A TEORIA, O CDC E O NOVO CÓDIGO CIVIL**

CURITIBA

2001

RUBEN MENDES MATOS

**A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO BRASIL:
A TEORIA, O CDC E O NOVO CÓDIGO CIVIL**

Monografia apresentada para obtenção do título de /especialista em Direito Societário no Curso de Pós-Graduação em Direito Societário, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

2001

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1 O USO DA PESSOA JURÍDICA.....	4
2.2 CONCEITO DE PERSONALIDADE JURÍDICA.....	6
2.3 ORIGEM HISTÓRICA DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO.....	8
2.4 TERMINOLOGIA.....	10
2.5 A DESCONSIDERAÇÃO E AS TEORIAS A RESPEITO DA PERSONALIDADE.....	11
2.6 APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO.....	13
2.7 REQUISITOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO.....	14
2.7.1 A personificação.....	14
2.7.2 A Fraude e Abuso de Direito Relacionados à Autonomia Patrimonial.....	15
2.7.3 Fraude Relacionada À Autonomia Patrimonial.....	16
2.7.4 O Abuso de Direito Relacionado à Autonomia Patrimonial.....	18
2.7.5 Imputação dos Atos Praticados à Pessoa Jurídica.....	19
2.7.6 A Desconsideração Da Personalidade Jurídica No Direito Positivo Brasileiro.....	21
2.7.7 A Desconsideração no Código de Defesa do Consumidor.....	22
2.7.8 Hipóteses Autorizadoras da Desconsideração.....	22
2.7.9 A Desconsideração e os Grupos, Consórcios e Sociedades Coligadas.....	24
2.7.10 O Parágrafo Quinto do Artigo 28.....	25
2.8 A DESCONSIDERAÇÃO NO NOVO CÓDIGO CIVIL.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é comum a desconsideração da personalidade jurídica em procedimentos incidentais ao processo principal. Essa prática evidencia um erro crasso que atinge não só a evolução histórica do Direito Comercial bem como a mais escorreita interpretação de princípios que formam a base de entendimento de todo o sistema jurídico.

A título de conceituação, poderíamos colocar que a desconsideração da personalidade jurídica é o procedimento pelo qual há a desconstituição da personalidade atribuída pelo Estado a uma dada sociedade de modo a responsabilizar diretamente, por eventuais danos causados, o patrimônio dos sócios que compõem essa empresa.

O que se defende é a necessidade de um processo autônomo para desconsiderar a personalidade jurídica que trará em seu bojo o devido processo legal, princípio estritamente necessário para justificar a ocorrência de fenômeno de tamanha magnitude.

É importante frisar que não se está aqui a menoscabar a finalidade buscada pelo instituto analisado. A sua função é imprescindível, notadamente para punir sócios imbuídos de má-fé que, pretendem se escudar sob o manto da personalidade jurídica de suas empresas, para escaparem incólumes quando do cometimento de ilícitos civis e penais. Portanto, agiu bem o legislador ao estabelecer limites a utilização da personalidade jurídica, já que desestimulou o abuso de direito tão comumente empregado por parte dos sócios.

Todavia, hodiernamente o que se assiste é uma deturpação do instituto. Na prática, por exemplo, é atitude corriqueira da Fazenda Pública, em se tratando de ação de execução exclusivamente em face da sociedade, incluir no rol de devedores o nome dos sócios da referida empresa sem nada pronunciar a respeito.

Ora, é cediço que a Fazenda não pode, ao seu talante, desconsiderar a personalidade jurídica de quem quer que seja sem prévia autorização do Poder Judiciário. Ademais, é comum, por parte da Fazenda, a falta de fundamentação de tal ato, mesmo na carência de documento apto a comprovar tal situação. Só o fato da inclusão da pessoa dos sócios como co-devedores da dívida da empresa, de per

si, já faria exsurgir a hipótese de ilegitimidade de partes descrita no artigo 267 VI do CPC o que redundaria, inexoravelmente, na extinção da execução proposta.

Contudo, para evidenciar mais claramente o desvio de finalidade que vem sendo praticado no uso da desconsideração da personalidade jurídica dentro de casos concretos, torna-se mister analisar a evolução histórica do Direito no que tange às sociedades comerciais.

Desta sorte, cumpre colocar que, inicialmente, as sociedades comerciais tinham cotas de responsabilidade ilimitadas, isto é, seus sócios respondiam solidariamente pelos débitos auferidos em face da Empresa. Ou melhor, não havia, muitas vezes, como se distinguir o patrimônio dos sócios e da empresa que representavam.

Com a inevitável evolução econômica e financeira, o Direito Comercial acabou por dar guarida a novos tipos societários, que agora, não comprometiam o patrimônio pessoal dos sócios. Daí surgiram as sociedades limitadas e as S.As. Ambas, limitavam a responsabilidade do sócio ao capital que ele se obrigara a transferir para o âmbito patrimonial da empresa que participava.

Então, a regra é aquela pela qual os bens dos sócios não respondem pelas dívidas da Empresa que representam. Por seu turno, a exceção afigura-se na possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica quando os sócios atuam com excesso de poderes, perpetram infração de lei, de contrato social ou de estatuto, ou ainda, aflora na hipótese de dissolução irregular da sociedade.

Sendo assim, não se deve olvidar a relevância do mandamento preconizado no artigo 20 do Código Civil ("as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros"), já que este comporta a regra a ser adotada em todos os procedimentos salvo aqueles nos quais a desconsideração seja possível (hipóteses estas já discutidas no parágrafo anterior).

Ora, como a desconsideração da personalidade jurídica é uma exceção, ela deve ser tratada como tal, necessitando de um novo processo para ser reconhecida. Em outras palavras, se a constrição patrimonial dos bens da pessoa do sócio só acontecem eventualmente, desde que devidamente provada uma das hipóteses da desconsideração da personalidade jurídica, não há como se conceber tal procedimento incidentalmente, ainda mais dentro de uma execução que não permite a dilação probatória (pois é processo não cognitivo).

Nessa linha de conjecturas, quando a referida desconsideração é feita incidentalmente, isto é, estabelecendo-se uma lide paralela dentro do mesmo processo, estar-se-ia ferindo, inevitavelmente, o devido processo legal.

Isto ocorre porque, por mais que a empresa tenha condições de rebater a infame situação de ver seus sócios respondendo diretamente por suas dívidas, utilizando-se dos embargos à execução, o ônus da prova incumbe a quem alega o fato (regra constante do artigo 333 do CPC). Logo, cabe àquele que é credor do débito pedir em Juízo, via ação autônoma, a desconsideração da personalidade jurídica da devedora para depois propor a execução em face da pessoa dos sócios que dela fazem parte.

Nesse mesmo diapasão, resta lembrar que o devido processo legal pressupõe uma concatenação perfeita de atos processuais que não podem ser suprimidos ou invertidos, sob pena da incorreta observância da ampla defesa e contraditório, princípios dele decorrentes. Outrossim, deve-se levar em consideração que, no sistema jurisdicional vigente, o devido processo legal é uma garantia constitucional que não pode ser conspurcada em hipótese alguma. Vale dizer que, a mera possibilidade de defesa que não tenha sido arrogada a parte macula todo o processo.

Analogicamente com o que ocorre processo penal, guardando as devidas proporções e especificidades, a confissão de um crime não induz a supressão do devido processo legal e a imediata decretação de pena privativa de liberdade ao agente delitivo. Este exemplo materializa, de forma categórica, o respeito de nosso ordenamento para com o instituto do devido processo legal,⁷⁴ sendo que a possibilidade de viabilização de todos os meios de defesa é imprescindível até para quem confessa ter praticado o ato objeto da lide em curso.

Ante a cristalina ofensa ao devido processo legal bem como pela falta de aquiescência com a evolução histórica, entendemos inaplicável o instituto da desconsideração da personalidade jurídica de forma incidental ao processo.

A pessoa jurídica é um dos mais importantes institutos jurídicos já criados, cujo uso, todavia, nem sempre atendeu às finalidades a que se destinava originalmente, quando de sua concepção. Tal fato gerou uma reação que permite excepcionalmente desconsiderar a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O USO DA PESSOA JURÍDICA

O direito existe em função do homem, vale dizer, existe para realizar da maneira mais adequada possível os interesses do homem. A situação não é diferente em relação à pessoa jurídica, que nada mais é do que "uma armadura jurídica para realizar de modo mais adequado os interesses dos homens" ¹.

Para a realização de alguns empreendimentos, por vezes é imprescindível a união de várias pessoas, as quais, todavia, não querem simplesmente entregar recursos para que outra pessoa os administre, as mesmas querem assumir responsabilidades e atuar diretamente na condução do empreendimento. De outro lado, as mesmas pessoas têm medo de comprometer todo o seu patrimônio, e preferem não assumir o risco, e investem seus recursos em atividades não produtivas.

A fim de incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas produtivas, e conseqüentemente aumentar a arrecadação de tributos, produzindo empregos e incrementando o desenvolvimento econômico e social das comunidades, era necessário solucionar os problemas mencionados, encontrando uma forma de limitação dos riscos nas atividades econômicas. Para tanto, se encaixou perfeitamente o instituto da pessoa jurídica, ou mais exatamente, a criação de sociedades personificadas.

Cria-se um ente autônomo com direitos e obrigações próprias, não se confundindo com a pessoa de seus membros, os quais investem apenas uma parcela do seu patrimônio, assumindo riscos limitados de prejuízo. Esta limitação de prejuízo só pode ser reforçada com as sociedades de responsabilidade limitada (sociedade anônima e sociedade por quotas de responsabilidade), as únicas usadas atualmente no país.

¹ FERRARA, Francesco, Trattato de diritto civile italiano, p. 598, tradução livre "La personalità non é una armatura giuridica per realizzare in modo piú adeguato intreressi di uomini".

As sociedades personificadas são, pois, uma das chaves do sucesso da atividade empresarial², proliferando-se cada vez mais como o meio mais comum do exercício das atividades econômicas. Trata-se de um privilégio assegurado aqueles que se reúnem e desenvolvem conjuntamente determinada atividade econômica. "A atribuição da personalidade corresponde assim a uma sanção positiva ou premial, no sentido de um benefício assegurado pelo direito; que seria afastado caso a atividade fosse realizada individualmente; a quem adotar a conduta desejada"³.

Este prêmio, este privilégio que é a pessoa jurídica não existe apenas para satisfazer as vontades e caprichos do homem, e sim atingir os fins sociais do próprio direito. Como afirma Rubens Requião, "A sociedade garante a determinadas pessoas as suas prerrogativas, não é para ser-lhes agradável, mas para assegurar-lhes a própria conservação. Esse é, na verdade, o mais alto atributo do Direito: sua finalidade social"⁴. Assim, a pessoa jurídica existe e deve ser usada por ser um instrumento importantíssimo da economia de mercado, sem, contudo, cometer abusos, e gerar iniquidades.

Infelizmente, o uso adequado da pessoa jurídica por todos que gozem de tal privilégio é uma utopia.

Reconhecida a personalidade jurídica, nas sociedades regulares, o particular pode explorar atividade econômica com limitação de prejuízos pessoais. Todavia, tal possibilidade permitiu uma série de fraudes, de abusos de direito. As sociedades contraem, em seu nome, inúmeras obrigações (empréstimos, adquirem bens), não restando, porém, bens suficientes em seu patrimônio para a satisfação das obrigações, de modo que os sócios ficam com os ganhos, e o prejuízo fica com os credores e com a sociedade, cuja falência, via de regra é decretada.

A fim de coibir esse uso indevido da pessoa jurídica surgiu a desconsideração da personalidade jurídica.

² ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. A desconsideração da personalidade jurídica e o direito do consumidor: Um estudo de direito civil constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Coordenador). Problemas de direito civil constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p.245.

³ KRIGER FILHO, Domingos Afonso. Aspectos da desconsideração da personalidade societária na lei do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, nº 13, jan- mar/95, p. 80.

⁴ REQUIÃO, Rubens, Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica. Revista dos Tribunais, São Paulo, vol. 58, nº 410, dez/69, p. 15.

2.2 CONCEITO DE PERSONALIDADE JURÍDICA

A lei reconhece a pessoa jurídica como um importantíssimo instrumento para o exercício da atividade empresarial, não a transformando, porém num dogma intangível. A personalidade jurídica das sociedades "deve ser usada para propósitos legítimos e não deve ser pervertida"⁵. Todavia, caso tais propósitos sejam desvirtuados, não se pode fazer prevalecer o dogma da separação patrimonial entre a pessoa jurídica e os seus membros.

A desconsideração é, pois a forma de adequar a pessoa jurídica aos fins para os quais a mesma foi criada, vale dizer, é a forma de limitar e coibir o uso indevido deste privilégio que é a pessoa jurídica⁶, vale dizer, é uma forma de reconhecer a relatividade da personalidade jurídica das sociedades. Este privilégio só se justifica quando a pessoa jurídica é usada adequadamente, o desvio da função faz com que deixe de existir razão para a separação patrimonial⁷. "O conceito será sustentado apenas enquanto seja invocado e empregado para propósitos legítimos. A perversão do conceito para usos impróprios e fins desonestos (e. g., para perpetuar fraudes, burlar a lei, para escapar de obrigações), por outro lado, não será tolerado.

Entre esses são várias as situações onde as cortes podem desconsiderar a pessoa jurídica para atingir um justo resultado"⁸.

Desvirtuada a utilização da pessoa jurídica, nada mais eficaz do que retirar os privilégios que a lei assegura, isto é, descartar a autonomia patrimonial no caso concreto, esquecer a separação entre sociedade e sócio⁹, o que leve a estender os efeitos das obrigações da sociedade. Assim, os sócios ficam inibidos de praticar atos

⁵ WORMSER, I Maurice, op. cit., p. 9, tradução livre de "it must be used for legitimate business purposes and must not be perverted".

⁶ VERRUCOLI, Piero. Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella Common Law e nella Civil Law, p. 195

⁷ RODRIGUES, Simone Gomes. Desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, nº 11, jul-set/94, p. 7.

⁸ HENN, Harry G. e ALEXANDER, John R. Law of corporations. 3. ed. St. Paul: West Group, 1983, p. 346, tradução livre de "The concept will be sustained only so long as it is invoked and employed for legitimate purposes. Perversion of the concept to improper uses and dishonest ends (e. g., to perpetuate fraud, to evade the law, to escape obligations), on the other hand, will not be countenanced. In between are various situations where the courts might disregard corporateness to achieve a just result".

⁹ SERICK, Rolf, Apariencia y realidad em las sociedades mercantiles: El abuso de derecho por meido de la persona jurídica. Traducción y comentarios de derecho Español por José Puig Brutau. Barcelona: Ariel, 1958, p. 241.

que desvirtuem a função da pessoa, jurídica, pois caso o façam não estarão sob o amparo da autonomia patrimonial.

Há que se ressaltar, que não se destrói a pessoa jurídica, que continua a existir, sendo desconsiderada apenas no caso concreto. Apenas se coíbe o desvio na sua função, o juiz "se limita a confinar a pessoa jurídica à esfera que o Direito lhe destinou"¹⁰. "A teoria da desconsideração não visa destruir ou questionar o princípio de separação da personalidade jurídica da sociedade da dos sócios, mas, simplesmente, funciona como mais um reforço ao instituto da pessoa jurídica, adequando-o a novas realidades econômicas e sociais, evitando-se que seja utilizado pelos sócios como forma de encobrir distorções em seu uso" ¹¹

Trata-se, porém, de medida excepcionalíssima, vale dizer, a regra é que prevaleça a autonomia patrimonial, sendo uma exceção a desconsideração. "A pessoa jurídica é um postulado básico que serve de base para transações comerciais e deve haver razões fortes para um tribunal ignorar este postulado."¹² Apenas se comprovado cabalmente o desvio no uso da pessoa jurídica é que cabe falar em desconsideração, e sacrificar a autonomia patrimonial.

A personificação das sociedades é dotada de um altíssimo valor para o ordenamento jurídico, e inúmeras vezes entra em conflito com outros valores, como a satisfação dos credores. A solução de tal conflito se dá pela prevalência do valor mais importante¹³. O progresso e o desenvolvimento econômico proporcionado pela pessoa jurídica são mais importantes que a satisfação individual de um credor. Logo, deve normalmente prevalecer a personificação.

Apenas quando um valor maior for posto em jogo, como a finalidade social do direito, em conflito com a personificação, e que esta cederá espaço. "Quando o interesse ameaçado é valorado pelo ordenamento jurídico como mais desejável e menos sacrificável do que o interesse colimado através da personificação societária,

¹⁰ SERICK, Rolf., op. Cit., p. 242, tradução livre de "se limita a confinar a la persona jurídica a la esfera que precisamente el Derecho le tiene asignada"

¹¹ SILVA, Alexandre Couto, op. Cit., p. 35

¹² HAMILTON, Robert W. The Law of corporations. 5. ed. St. Paul: West Group, 2000, p. 134, tradução livre de "The corporate fiction is a basic assumption that underlies commercial transactions and there must be compelling reasons for a court to ignore that assumption"

¹³ LARENZ, Karl. Metodología de la ciencia del derecho. Traducción y revisión de Marcelino Rodríguez Molinero. Barcelona: Ariel, 1994, p. 400.

abre-se oportunidade para a desconsideração sob pena de alteração da escala de valores" ¹⁴.

Com tais contornos, Fábio Ulhoa Coelho assim define a desconsideração: "O juiz pode decretar a suspensão episódica da eficácia do ato constitutivo da pessoa jurídica, se verificar que ela foi utilizada como instrumento para a realização de fraude ou de abuso de direito"¹⁵. Similarmente se pronunciou Marçal Justen Filho afirmando que a desconsideração "é a ignorância, para casos concretos e sem retirar a validade do ato jurídico específico, dos efeitos da personificação jurídica validamente reconhecida a uma ou mais sociedades, a fim de evitar um resultado incompatível com a função da pessoa jurídica"¹⁶.

Conquanto as definições sejam perigosas, neste particular, lançaremos mão de uma, assim formulada: a desconsideração da personalidade jurídica é a retirada episódica, momentânea e excepcional da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, a fim de estender os efeitos de suas obrigações à pessoa de seus sócios ou administradores, com o fim de coibir o desvio da função da pessoa jurídica, perpetrada pelos mesmos.

2.3 ORIGEM HISTÓRICA DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO

A importância do fenômeno da personificação e de seus efeitos levou a uma supervalorização da autonomia patrimonial, tida a princípio como não suscetível de afastamento. Erigida como um dogma, a autonomia patrimonial da pessoa jurídica era sempre prestigiada, e tida como fundamental não se admitindo sua superação¹⁷.

A partir do século XIX começaram a surgir preocupações com a má utilização da pessoa jurídica, em virtude do que foram buscados meios idôneos para reprimi-la, como a teoria da soberania HAUSSMANN e MOSSA, que imputava responsabilidade ao controlador de uma sociedade de capitais por obrigações não

¹⁴ KRIGER FILHO, Domingos Afonso, op. Cit., p. 80

¹⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. Desconsideração da personalidade jurídica. São Paulo: RT, 1989, p. 92

¹⁶ JUSTEN FILHO, Marçal. Desconsideração da personalidade societária no direito brasileiro, São Paulo: RT, 1987, p.57.

¹⁷ VERRUCOLI, Piero. Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella Common Law e nella Civil Law. Milano: Giuffrè, 1964, p. 81

cumpridas, a qual, contudo não chegou a se desenvolver satisfatoriamente¹⁸. Era necessário relativizar a autonomia patrimonial para não chegar a resultados contrários ao direito.

A desconsideração desenvolveu-se inicialmente nos países da Common Law, pois no direito continental os fatos não têm a força de gerar novos princípios, em detrimento da legislação¹⁹. Na maioria da doutrina²⁰ se reputa a ocorrência do primeiro caso de aplicação da desconsideração da pessoa jurídica o Caso Salomon x Salomon Co em 1897, na Inglaterra.

Neste leading case, Aaron Salomon era um próspero comerciante individual na área de calçados que, após mais de 30 anos, resolveu constituir uma limited company (similar a uma sociedade anônima fechada brasileira), transferindo seu fundo de comércio a tal sociedade. Em tal companhia, Aaron Salomon tinha 20 mil ações, e outros seis sócios, membros de sua família, apenas uma cada um. Além das ações, o mesmo recebeu várias obrigações garantias, assumindo a condição de credor privilegiado da companhia.

Em um ano, a companhia mostrou-se inviável, entrando em liquidação, na qual os credores sem garantia restaram insatisfeitos. A fim de proteger os interesses de tais credores, o liquidante pretendeu uma indenização pessoal de Aaron Salomon, uma vez que a companhia era ainda a atividade pessoal do mesmo, pois os demais sócios eram fictícios. O juízo de primeiro grau e a Corte de apelação desconsideraram a personalidade da companhia, impondo a Salomon a responsabilidade pelos débitos da sociedade.

Tal decisão foi reformada pela Casa dos Lordes, que prestigiou a autonomia patrimonial da sociedade regularmente constituída, mas estava aí a semente da "disregard doctrine".

Suzy Koury²¹ noticia a existência de um primeiro caso nos Estados Unidos em 1.809 o caso Bank of United States vs. Deveaux, no qual o Juiz Marshall conheceu

¹⁸ VERRUCOLI, Piero. Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella Common Law e nella Civil Law, p. 164.

¹⁹ VERRUCOLI, Piero. Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella Common Law e nella Civil Law, p. 200.

²⁰ FRANCO, Vera Helena de Mello, Manual de direito comercial, v. 1, p. 239; GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor, aspectos processuais. São Paulo: Max Limonad, 1998, p. 21

²¹ KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. A desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine) e os grupos de empresas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 64.

do caso e levantou o véu da pessoa jurídica (piercing the corporate veil) e considerou a característica dos sócios individualmente falando. Não se trata propriamente de um leading case a respeito da desconsideração da pessoa jurídica, mas apenas de uma primeira manifestação²² que olhou além da pessoa jurídica e considerou as características individuais dos sócios²³.

Tratava-se não de uma discussão sobre responsabilidade, autonomia patrimonial, mais uma discussão sobre a competência da justiça federal norte americana, a qual só abrangia controvérsias entre cidadãos de diferentes estados. Não se podia considerar a sociedade um cidadão, então, levou-se em conta os diversos membros da pessoa jurídica, para conhecer da questão no âmbito da justiça federal²⁴.

Qualquer que seja a decisão considerada, foi a partir da jurisprudência anglo-saxônica que se desenvolveu a teoria da desconsideração da pessoa jurídica, sobretudo na jurisprudência norte americana. Na doutrina, devemos ressaltar alguns trabalhos importantíssimos, como a obra *Disregard of corporate fiction and allied corporation problems* de Wormser publicada inicialmente em 1927, a obra *Aparencia y realidad em las sociedades mercantiles* de Rolf Serick publicada em alemão em 1953, e a obra *Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella "common law" e nella "civil law"* de Piero Verrucoli, que veio a lume em 1964. No Brasil devemos dar destaque especial ao artigo de Rubens Requião publicado em 1969, com o título *Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica*.

-24-

2.4 TERMINOLOGIA

Surgida na jurisprudência anglo-saxônica a desconsideração lá é conhecida como "disregard of legal entity" ou "disregard doctrine", expressões por vezes usadas pelos autores brasileiros. Nos países da Common Law usam-se também expressões retóricas como levantar o véu da pessoa jurídica ("piercing the corporate

²² SILVA, Alexandre Couto. *Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro*. São Paulo: LTR, 1999, p. 32

²³ WORMSER, I. Maurice. *Disregard of corporate fiction and allied corporation problems*. Washington: Beard Books, 2000, p. 45.

²⁴ WORMSER, I. Maurice, *op. cit.*, p. 45-46.

veil". No direito alemão fala-se em "Durchgriff derr juristischen Person", no direito italiano "superamento della personalit giuridica", no direito argentino "desestimacin de la personalidad"²⁵

No Brasil a expresso mais correta para tal instituto a desconsiderao da personalidade jurdica, no se podendo falar em despersonalizao. No se trata de mero preciosismo terminolgico, porquanto h uma grande diferena entre as duas figuras, despersonalizar completamente diverso de desconsiderar a personalidade.

Despersonalizar significa anular a personalidade, o que no ocorre na desconsiderao. Nesta, no se anula a personalidade, ao contrrio, esta resta mais protegida, no se trata de despersonalizao (anulao definitiva da personalidade), mas de simples desconsiderao, retirada momentnea de eficcia da personalidade.

"A "disregard doctrine" no visa a anular a personalidade jurdica, mas somente objetiva desconsiderar no caso concreto dentro de seus limites, a pessoa jurdica em relao s pessoas que atrs dela se escondem"²⁶. A pessoa jurdica um instituto muito importante para ser destruído, de modo que no deve ocorrer a despersonalizao, " a destruio da entidade pessoa jurdica, mas a suspenso dos efeitos da separao patrimonial in casu"²⁷.

Trata-se de uma tcnica que se aplica aos casos concretos especficos, da falar-se em suspenso episdica e temporria. A pessoa jurdica continuar a existir para os demais atos, nos quais no se apresente um motivo justificado para aplicar a desconsiderao. Por isso, falamos em desconsiderao e no em despersonalizao.

2.5 A DESCONSIDERAO E AS TEORIAS A RESPEITO DA PERSONALIDADE

Qualquer que seja a explicao adotada para a personificao das sociedades, seja fico, seja realidade, a desconsiderao perfeitamente

²⁵ KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante, op. Cit., p. 65

²⁶REQUIO, Rubens, Abuso de direito e fraude atrs da personalidade jurdica, p. 14

²⁷ COMPARATO, Fbio Konder. O poder de controle na sociedade annima. 2 ed. So Paulo: RT, 1977, p. 272.

justificada, como uma forma de controle do privilégio que é a personalidade jurídica das sociedades.

Se a personalidade é uma criação do legislador, uma ficção, o ordenamento jurídico pode a qualquer tempo suspender seus efeitos desconsiderando-a. As ficções legais existem para alcançar um fim justo, não podendo dar margem a outras finalidades²⁸, e por isso, compete ao ordenamento jurídico controlar o uso desta ficção, definindo os exatos limites do uso adequado da pessoa jurídica. "Seria absurdo que o Estado criasse novos sujeitos destinados a operar no seu território, contra ele diretamente ou contra as finalidades por ele perseguidas e tuteladas"²⁹.

De outro lado, se a personalidade é uma realidade anterior a lei, a desconsideração é um instrumento de direito positivo, utilizada para adequá-la a seus referenciais meta-jurídicos, isto é, é uma forma de evitar um resultado injusto pela utilização da pessoa jurídica. A pessoa jurídica é uma realidade técnica para atingir fins lícitos³⁰.

A pessoa jurídica pela teoria da realidade é constituída de substrato, mais reconhecimento estatal³¹. Este último elemento fundamental é negado, considerando-se os sócios individualmente, quando se usa indevidamente a personificação para atingir um resultado contrário ao direito³². "Quando a noção de entidade legal é usada para frustrar o interesse público, justificar erros, proteger fraudes, ou justificar crimes, o direito deve considerar a sociedade como uma associação de pessoas"³³.

Há um consenso no sentido de que a personalidade é um privilégio, que deve ser controlado, por meio da teoria da desconsideração, mesmo nos países da tradição romano-germânica, como o Brasil.

²⁸ WORMSER, I. Maurice, op. cit., p. 10

²⁹ VERRUCOLI, Piero. Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella Common Law e nella Civil Law, p. 203, tradução livre de "Sarebbe assurdo che lo Stato creasse nuovi soggetti destinati ad operare nel suo ambito contro di esso direttamente o contro le finalità da esso perseguite e tutelate".

³⁰ HALPERIN, Isaac. Sociedades Anónimas. Atualizada e ampliada por Julio C. Otaegui. 2. ed. Buenos Aires: Depalma, 1998, p. 143.

³¹ FERRARA, Francesco. Le persone giuridiche. 2. ed. Torino:UTET, 1956, p. 46; PINTO, Carlos Alberto da Mota. Teoria geral do direito civil. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999, p. 269.

³² JUSTEN FILHO, Marçal. Desconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro, São Paulo: RT, 1987. p. 59.

³³ 33. HENN, Harry G. e ALEXANDER, John R, op. cit., p. 346, tradução livre de "when the notion of legal entity is used to defeat public convenience, justify wrong, protect fraud, or defend crime, the law will regard the corporation as an association of persons."

2.6 APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO

Diante da possibilidade de se desvirtuar a função da personalidade jurídica é que surgiu a doutrina da desconsideração, a qual permite a superação da autonomia patrimonial, que embora seja um importante princípio, não é um princípio absoluto.

De imediato, há que ressaltar que a desconsideração prescinde de fundamentos legais para a sua aplicação³⁴, existindo inclusive algumas manifestações jurisprudenciais como o julgamento da 11ª Vara Cível do Distrito Federal em 25.02.60 Juiz Antônio Pereira Pinto, anteriores a qualquer posituação da doutrina. Não se trata da aplicação de um dispositivo que autoriza a desconsideração, mas da não aplicação no caso concreto da autonomia patrimonial da pessoa jurídica que está indevidamente usada³⁵. Nada mais justo do que conceder ao Estado através da justiça, a faculdade de verificar se o privilégio que é a personificação e conseqüentemente, a autonomia patrimonial, direito está sendo adequadamente realizado³⁶, pois assim, obsta-se o alcance de resultados contrários ao direito.

Entretanto, a importância do princípio da autonomia patrimonial nos leva, todavia, a aplicar a desconsideração com cautela, apenas em casos excepcionais, atendidos determinados requisitos, vale dizer, a regra é que prevaleça o princípio. Tais requisitos são bem específicos referindo-se basicamente ao desvirtuamento no uso da pessoa jurídica.

Não basta o descumprimento de uma obrigação por parte da pessoa jurídica³⁷, é necessário que tal descumprimento decorra do desvirtuamento da função da mesma. A personificação é um instrumento legítimo de destaque patrimonial, e eventualmente de limitação de responsabilidade³⁸, que só pode ser descartado caso o uso da pessoa afaste-se dos fins para os quais o direito a criou³⁹.

A aplicação generalizada da desconsideração acabaria por extinguir uma das maiores criações do direito a pessoa jurídica, e por isso, há que se ter cautela sempre, não considerando suficiente o não cumprimento das obrigações da pessoa

³⁴COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 1999, v. 2, p. 53

³⁵SERICK, Rolf, op. cit., p. 241 .

³⁶REQUIÃO, Rubens, Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica, p. 15

³⁷SERICK, Rolf, op. cit., p. 246

³⁸WORMSER, I Maurice, op. cit., p. 18.

jurídica. Assim, já se pronunciou o 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, afirmando que "percalços econômicos financeiros da empresa, tão comuns na atualidade, mesmo que decorrentes da incapacidade administrativa de seus gerentes, não se consubstanciam por si sós, em comportamento ilícito e desvio da finalidade da entidade jurídica. Do contrário seria banir completamente o instituto da pessoa jurídica"⁴⁰.

Para a desconsideração é fundamental a prova concreta de que a finalidade da pessoa jurídica foi desviada⁴¹, isto é, é imprescindível que restem preenchidos os requisitos para aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.

2.7 REQUISITOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO

A fim de desconsiderar o fenômeno da personificação, de modo que o patrimônio dos sócios, responda pelas obrigações contraídas em nome dos sócios, é necessário que se configure a fraude ou abuso de direito relacionado à autonomia patrimonial.

Além disso, é necessária a existência de uma pessoa jurídica, e que não se trate de responsabilização direta do sócio, por ato próprio.

2.7.1 A personificação

A própria terminologia usada deixa claro que a desconsideração só tem cabimento quando estivermos diante de uma pessoa jurídica, isto é, de uma sociedade personificada. Sem a existência de personalidade não há o que desconsiderar.

No sistema brasileiro a personalidade jurídica das sociedades nasce com o registro dos atos constitutivos no órgão competente (art. 18 código civil). Sem tal registro, não importa se exista ou não o ato constitutivo, não se pode falar em

³⁹ SERICK, Rolf, op. cit., p. 135

⁴⁰ 1º TACivilSP ; 3ª Câmara 11; AP. 507.880-6, j. em 15.9.92, Relator Juiz Ferraz Nogueira.

⁴¹ 1º TAPR – 2ª Câmara Cível Ap. 529/90, j. em 18.4.90, Relator Juiz Gilney Carneiro Leal.

personificação da sociedade, mas em sociedade de fato ou irregular. Ora, não se tratando de uma pessoa jurídica, não há que se cogitar de autonomia patrimonial, não havendo a possibilidade uso desta autonomia para fins escusos.

Nas sociedades de fato ou irregulares os sócios assumem responsabilidade direta, solidária e ilimitada pelos atos praticados pela sociedade⁴², não havendo motivo para a aplicação da desconsideração.

Em termos práticos, além da personificação é necessário que se cogite de uma sociedade na qual os sócios tenham responsabilidade limitada⁴³, ou seja, de sociedade anônima ou sociedade por quotas de responsabilidade limitada, praticamente as únicas que existem no país. Em outras palavras, a aplicação da desconsideração pressupõe uma sociedade, na qual o exaurimento do patrimônio social não seja suficiente para levar responsabilidade aos sócios.

A exigência da limitação de responsabilidade é de cunho eminentemente prático, pois nada impediria a desconsideração nos demais tipos societários, com o intuito de proteger a própria pessoa jurídica. Todavia, a excepcionalidade da superação da autonomia patrimonial por meio da aplicação da desconsideração, torna mais fácil a aplicação direta da responsabilidade ilimitada dos sócios, quando a mesma já é consignada na lei.

2.7.2 A Fraude e Abuso de Direito Relacionados à Autonomia Patrimonial

O pressuposto fundamental da desconsideração é o ²⁸desvio da função da pessoa jurídica⁴⁴, que se constata na fraude e no abuso de direito relativos à

⁴² ALMEIDA, Amador Paes de. Execução de bens dos sócios: obrigações mercantis, tributárias, trabalhistas: da desconsideração da personalidade jurídica (doutrina e jurisprudência). 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 15; FRANCO, Vera Helena de Mello, Manual de direito comercial, p. 158

⁴³ SILVA, Alexandre Couto. Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro. p. 26; ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, A desconsideração da personalidade jurídica e o direito do consumidor: Um estudo de direito civil constitucional, p. 261

⁴⁴ SILVA, Alexandre Couto. Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro. p. 34; ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, A desconsideração da personalidade jurídica e o direito do consumidor: Um estudo de direito civil constitucional, p. 261; COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de direito comercial, v. 2, p. 44; ALBERTON, Genacéia da Silva. A desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor – aspectos processuais. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, nº 7, jul-set/93, p. 15

autonomia patrimonial, pois a desconsideração nada mais do que uma forma de limitar o uso da pessoa jurídica aos fins para os quais ela é destinada.

Entretanto, não se trata de orientação pacífica. Fábio Konder Comparato⁴⁵ entende que tal formulação da desconsideração é equivocada, entendendo que é a confusão patrimonial o requisito primordial da desconsideração, desenvolvendo o que se costumou chamar de sistema objetivo.

Ousamos discordar de tal entendimento. Sem sombra de dúvida a confusão patrimonial é um sinal que pode servir, sobretudo de meio prova, para se chegar a desconsideração, mas não é o seu fundamento primordial.

A confusão patrimonial não é por si só suficiente para coibir todos os casos de desvio da função da pessoa jurídica, pois há casos, nos quais não há confusão de patrimônios, mas há o desvio da função da pessoa jurídica, autorizando a superação da sua autorizando a superação da autonomia patrimonial.

Assim, partilhamos o entendimento de que a fraude e o abuso de direito relacionados à autonomia patrimonial são os fundamentos básicos da aplicação da desconsideração.

2.7.3 Fraude Relacionada À Autonomia Patrimonial

A autonomia patrimonial da pessoa jurídica é um meio legítimo de destaque patrimonial, limitando os riscos da atividade empresarial, facilitando o desenvolvimento da chamada economia de mercado. Todavia, ^{mas} pessoas movidas por um intuito ilegítimo, podem lançar mão de autonomia patrimonial para se ocultar, e fugir ao cumprimento de suas obrigações. Neste particular, estaremos diante de uma fraude relacionada a autonomia patrimonial.

A fraude é o artifício malicioso para prejudicar terceiros, isto é, "a distorção intencional da verdade com o intuito de prejudicar terceiros"⁴⁶. O essencial na sua caracterização é o intuito de prejudicar terceiros, independentemente de se tratar de credores⁴⁷. Tal prática a princípio é lícita⁴⁸, sua ilicitude decorre do desvio na

⁴⁵ O Poder De Controle Na S/A, p.274-275.

⁴⁶ SILVA, Alexandre Couto, op. Cit., p. 36.

⁴⁷ SILVA, Alexandre Couto, op. Cit., p. 39.

utilização da pessoa jurídica, nos fins ilícitos buscados no manejo da autonomia patrimonial.

Um exemplo bem ilustrativo nos é dado por Fábio Ulhoa Coelho ao se referir ao descumprimento da cláusula de não restabelecimento no trespasse do estabelecimento comercial⁴⁹.

Quando um comerciante aliena seu estabelecimento (trespasse), normalmente é imposta uma cláusula de não restabelecimento, isto é, se impõe ao alienante a obrigação de não se restabelecer fazendo concorrência ao adquirente. Trata-se de obrigação pessoa do alienante, que para se furtar ao cumprimento da mesma, poderia constituir uma pessoa jurídica, a qual sendo dotada de existência distinta, não seria imposto o não restabelecimento. Todavia, vê-se claramente neste particular um artifício para prejudicar o adquirente, isto é, uma fraude.

Ora, claramente não é esse o fim para o qual foi criada a pessoa jurídica, não podendo prevalecer em detrimento do alcance da almejada justiça⁵⁰. A pessoa jurídica não existe para permitir que a pessoa física burle uma obrigação que lhe é imposta, não existe para permitir que pessoa física faça algo que lhe é proibido⁵¹, ela existe como ente autônomo para o exercício normal das atividades econômicas, isto é, para o tráfico jurídico de boa fé⁵².

Cogitamos aqui dos chamados negócios indiretos entendidos como aqueles pelas quais as partes tentam alcançar uma finalidade que não é a típica do negócio em questão⁵³. Todavia, há que se ressaltar que não é suficiente que se busque uma finalidade diversa da típica das sociedades para aplicar a desconsideração, vale dizer, não basta o negócio indireto para a desconsideração. A utilização da pessoa jurídica para alcançar fins diversos dos típicos pode ser válida⁵⁴, desde que os fins visados sejam lícitos.

⁴⁸ COMPARATO, Fábio Konder. O poder de controle na sociedade anônima. 3ª ed. São Paulo: RT, 1983, p. 283.

⁴⁹ COELHO, Fábio Ulhoa. O empresário e os direitos do consumidor. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 217.

⁵⁰ WORMSER, I. Maurice, op. Cit., p. 29.

⁵¹ AMARO, Luciano, Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor, p. 174.

⁵² SERICK, Rolf, op. cit., p. 52.

⁵³ GARRIGUES, Joaquín. Curso de derecho mercantil. 7. d. Bogotá: Temis, 1987, v. 2, p. 17.

⁵⁴ ASCARELLI, Tullio. Le unione di imprese. Rivista Del diritto commerciale. V. XXXIII, parte I, 1935, p. 173.

A fraude à lei é uma subespécie dos negócios indiretos, onde a ilegitimidade decorre não do desvio de função, mas da finalidade ilícita de tal desvio⁵⁵. Assim, é o uso da autonomia patrimonial para fins ilícitos que permite a desconsideração.

Há que se ressaltar que não basta a existência de uma fraude, é imprescindível que a mesma guarde relação com o uso da pessoa jurídica, isto é, seja relativa à autonomia patrimonial.

Fraudes podem ser cometidas pela pessoa jurídica, como a emissão de um cheque sem provisão de fundos, contudo, se tal fraude não tiver qualquer relação com a utilização da autonomia patrimonial não podemos aplicar a desconsideração.⁵⁶

2.7.4 O Abuso de Direito Relacionado à Autonomia Patrimonial

Não é só com a intenção de prejudicar terceiros que ocorre o desvio da função da pessoa jurídica, outros desvios no uso da pessoa jurídica também devem ser coibidos com a aplicação da desconsideração. Neste particular, aparece o abuso de direito como fundamento para a desconsideração.

Os direitos em geral, como o de usar a pessoa jurídica, têm por origem a comunidade, e dela recebem sua finalidade⁵⁷, da qual não pode o seu titular se desviar. Quando ocorre tal desvio, não há o uso do direito, mas o abuso do direito que não pode ser admitido. O exercício dos direitos deve atender à sua finalidade social, e não apenas aos meros caprichos de seu titular. Em suma, "é abusivo qualquer ato que por sua motivação e por seu fim, vá contra o destino, contra a função do direito que se exerce."⁵⁸ é o mau uso do direito.

No abuso do direito, o ato praticado é permitido pelo ordenamento jurídico⁵⁹, trata-se de um ato a princípio plenamente lícito. Todavia, o mesmo foge a sua

⁵⁵GARRIGUES, Joaquín, op. cit., p. 18; ASCARELLI, Túllio. Problemas das sociedades anônimas e direito comparado. Campinas: Bookseller, 2001, p. 181.

⁵⁶COELHO, Fábio Ulhoa, O empresário e o direitos do consumidor, p. 223.

⁵⁷ JOSSERRAND, Louis. Del abuso de los derechos y otros ensaios. Bogotá: Temis, 1999, p. 4.

⁵⁸ JOSSERRAND, Louis. Del abuso de los derechos y otros ensaios, p. 5, tradução livre de "es abusivo cualquier acto que, por sus móviles y por su fin, va contra el destino, contra la función del derecho que se ejerce".

⁵⁹WARAT, Luis Alberto. Abuso Del derecho y lagunas de la ley. Buenos Aires: Abeledo- Perrot, 1969, p. 56-57.

finalidade social, e sua prevalência gera um mal estar no meio social, não podendo prevalecer. Os direitos se exercem tendo em conta não apenas o seu titular, mas todo o agrupamento social, o exercício dos mesmos normalmente não é absoluto, é relativo.

No uso da personalidade jurídica tais abusos podem ocorrer, e freqüentemente ocorrem. Quando existem várias opções para usar a personalidade jurídica, todas lícitas a princípio, mas os sócios ou administradores escolhem a pior, isto é, a que mais prejudica terceiros, nos deparamos com o abuso de direito.

Este "mau uso" da personalidade jurídica, isto é, a utilização do direito para fins diversos dos quais deveriam ser buscados, é que primordialmente autoriza a desconsideração, variando com a experiência de cada país outros fundamentos. Ao contrário da fraude, no abuso de direito o propósito de prejudicar não é essencial⁶⁰, há apenas o mau uso da personalidade jurídica.

2.7.5 Imputação dos Atos Praticados à Pessoa Jurídica

Aplicando-se a desconsideração chegaremos a responsabilização dos sócios ou administradores, a qual, todavia, também pode ocorrer em outras situações que não se confundem com a teoria da desconsideração.

Quando os sócios ou administradores extrapolam seus poderes violando a lei ou o contrato social, a lei lhes impõe a responsabilidade por tais atos. Entretanto, não se cogita da desconsideração, mas de responsabilidade pessoal e direta dos sócios. "Em tal caso, há simplesmente uma questão de imputação.

Quando o diretor ou o gerente agiu com desobediência a determinadas normas legais ou estatutárias, pode seu ato, em determinadas circunstâncias, ser inimputável à pessoa jurídica, pois não agiu como órgão (salvo problema de aparência) a responsabilidade será sua, por ato seu. Da mesma forma, quando pratique ato ilícito, doloso ou culposo: responderá por ilícito seu, por fato próprio"⁶¹

⁶⁰ REQUIÃO, Rubens, Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica, p. 16.

⁶¹ OLIVEIRA, José Lamartine Córrea. A dupla crise da pessoa jurídica. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 520.

Nestes casos, a autoria do ato é imputada diretamente ao sócio ou administrador que o executou⁶², não havendo que se suspender, nem momentaneamente a eficácia da autonomia patrimonial, vale dizer, a pessoa jurídica não é obstáculo ao ressarcimento. É o pressuposto da licitude⁶³, necessário para distinguir a desconsideração de outros casos de responsabilização dos sócios. "Portanto, quando a lei cuida de responsabilidade solidária, ou subsidiária, ou pessoal dos sócios, por obrigação da pessoa jurídica, ou quando ela proíbe que certas operações, vedadas aos sócios, sejam praticadas pela pessoa jurídica, não é preciso desconsiderar a empresa, para imputar as obrigações aos sócios, pois, mesmo considerada a pessoa jurídica, a implicação ou responsabilidade do sócio já decorre do preceito legal. O mesmo se diga se a extensão da responsabilidade é contratual"⁶⁴.

Nos casos dos artigos 10 e 16 do Decreto 3.708/19, 117 e 158 da Lei 6.404/76, 135 da Lei 5.175/66 (CTN) não tratamos da desconsideração, nem de suas origens, como pretendem alguns.

Estamos diante de hipóteses de responsabilidade civil simples dos sócios, ou administradores⁶⁵, não foi a pessoa jurídica que teve sua finalidade desvirtuada, foram as pessoas físicas que agiram de forma ilícita, e por isso tem responsabilidade pessoal.

⁶² ZANNONI, Eduardo A. La normativa societaria ante los actos fraudulentos de le la teoría del "disregard". Revista de direito civil, imobiliário, agrário e empresaria, São Paulo, ano 3, nº 9, jul-set 1979, p. 178.

⁶³ COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de direito comercial, v. 2, p. 42-43.

⁶⁴ AMARO, Luciano. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor, p. 172.

⁶⁵ SILVA, Alexandre Couto, Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro, p. 90-99; ALMEIDA, Amador Paes de. Execução de bens dos sócios: obrigações mercantis, tributárias, trabalhistas: da desconsideração da personalidade jurídica (doutrina e jurisprudência), p. 164-165; RODRIGUES, Simone Gomes. Desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor, p. 17; AMARO, Luciano. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor, p. 175; GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor ; aspectos processuais, p. 64; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. A desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine) e os grupos de empresas, p. 88.

2.7.6 A Desconsideração Da Personalidade Jurídica No Direito Positivo Brasileiro

A teoria da desconsideração prescinde de fundamentos legais para a sua aplicação, uma vez que nada mais justo do que conceder ao Estado através da justiça, a faculdade de verificar se o direito está sendo adequadamente realizado. Apesar disso, o legislador houve por bem acolher a teoria da desconsideração em determinados dispositivos, quais sejam, artigos 28 da Lei 8.078/90, artigo 18 da Lei 8.884/94 e artigo 4º da Lei 9.605/98, embora sem uma precisão desejável.

Tais dispositivos embora desprovidos da melhor técnica, por confundirem institutos diversos, acolhem ainda que de maneira confusa a desconsideração no direito brasileiro.

O pioneirismo coube ao Código de Defesa do consumidor, cujas regras foram copiadas e estendidas a outras relações, que não as relações de consumo. Em relação às infrações a ordem econômica (Lei 8.884/94) houve praticamente a repetição do teor do artigo 28 da Lei 8.078/90. Posteriormente, acolheu-se a desconsideração em relação às lesões ao meio ambiente (Lei 9.605/98), também praticamente reproduzindo o artigo 28, § 5º do Código de Defesa do Consumidor. Assim sendo, em termos de direito positivo a análise a ser feita é aquela à luz do CDC.

De imediato há que se afastar o entendimento de que o artigo 2º, § 2º da CLT acolhe a desconsideração⁶⁶. Tal dispositivo excepciona a autonomia resultante da formação de grupos empresariais, determinando a solidariedade das várias empresas integrantes do grupo, sem cogitar do abuso ou da fraude.

Ora, não se trata de desconsideração, mas de simples solidariedade, por três motivos: "primeiro, porque não se verifica a ocorrência de nenhuma hipótese que justifique sua aplicação como fraude ou abuso; segundo, porque reconhece e afirma a existência de personalidades distintas; terceiro, porque se trata de

⁶⁶SILVA, Alexandre Couto, Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro, p. 90-99; ALMEIDA, Amador Paes de. Execução de bens dos sócios: obrigações mercantis, tributárias, trabalhistas: da desconsideração da personalidade jurídica (doutrina e jurisprudência), p. 164-165; RODRIGUES, Simone Gomes. Desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor, p. 17; AMARO, Luciano. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor, p. 175; GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor ; aspectos processuais, p. 64; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. A desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine) e os grupos de empresas, p. 88.

responsabilidade civil com responsabilização solidária das sociedades pertencentes ao mesmo grupo"⁶⁷.

Em tal hipótese não se discute o uso da pessoa jurídica, mas se protege de maneira direta o empregado, garantindo-lhe uma responsabilidade solidária das diversas integrantes do grupo, independentemente de fraude ou abuso. Não se suprime sequer momentaneamente a personalidade jurídica, apenas são estendidos os riscos da atividade econômica.

2.7.7 A Desconsideração no Código de Defesa do Consumidor

A introdução da teoria da desconsideração no direito positivo brasileiro é atribuída ao artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, o qual, todavia, se afastou dos pressupostos, e desvirtuou a teoria, consagrando hipóteses diversas sob a mesma rubrica.

Trata-se de dispositivo aplicável exclusivamente às relações de consumo, não havendo que se cogitar de sua aplicação extensiva, a menos que se afigurem presentes os elementos de uma eventual aplicação analógica. Há que se ressaltar que em relação às infrações à ordem econômica, e ao meio ambiente há uma legislação própria que reproduz o CDC, não se devendo falar em aplicação analógica.

2.7.8 Hipóteses Autorizadoras da Desconsideração

O caput do artigo 28 do CDC enumera as hipóteses nas quais é cabível a desconsideração da personalidade jurídica, em redação pouco aconselhável.

A primeira hipótese de desconsideração elencada pelo artigo 28 do CDC, é o abuso de direito, que representa o exercício não regular de um direito. A

⁶⁷ GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor – aspectos processuais, p. 35; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. A desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine) e os grupos de empresas, p. 170. SILVA, Alexandre Couto, Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro, p. 112.

personalidade jurídica é atribuída visando determinada finalidade social, se qualquer ato é praticado em desacordo com tal finalidade, causando prejuízos a outrem, tal ato é abusivo e, por conseguinte atentatório ao direito, sendo a desconsideração um meio efetivo de repressão a tais práticas.

Neste particular, o CDC acolhe a doutrina que consagrou e sistematizou a desconsideração.

Na seqüência o código refere-se ao excesso de poder, que diz respeito aos administradores que praticam atos para os quais não tem poder. Ora, os poderes dos administradores são definidos pela lei, pelo contrato social ou pelo estatuto, cuja violação também é indicada como hipótese de desconsideração.

Assim, podemos reunir em um grupo o excesso de poder, a violação ao contrato social ou ao estatuto, a infração a lei e os fatos ou atos ilícitos (69). A redundância na redução deve ter resultado de uma preocupação extrema em não deixar lacunas, o que levou a uma redação tão confusa.

Tais hipóteses não correspondem efetivamente a desconsideração, pois se trata de questão de haver imputação pessoal dos sócios ou administradores, não sendo necessário cogitar-se de desconsideração⁶⁸. A inclusão de tais hipóteses é completamente desnecessária, pois muito antes do Código de Defesa do Consumidor já existiam dispositivos para coibir tais práticas, como os artigos 10 e 16 do Decreto 3.708/19, 117 e 158 da Lei 6.404/76 e 159 do Código Civil de 1916, que tratavam da responsabilidade pessoal dos sócios ou administradores⁶⁹.

Por fim, o caput do artigo 28 menciona a falência, insolvência, encerramentos das atividades provocado por má administração. Neste particular, mais uma vez nosso legislador não foi feliz na medida em que a definição do que vem a ser má administração, é tão abstrata e subjetiva, que poderá levar a inaplicabilidade do dispositivo.

Fábio Ulhoa Coelho tenta esclarecer a má administração, como a conduta do administrador eivada de erros, por desatender as diretrizes técnicas da ciência da

⁶⁸ SILVA, Alexandre Couto, Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro, p. 158; RODRIGUES, Simone Gomes. Desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor, p. 18; AMARO, Luciano. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor, p. 175; COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de direito comercial, v. 2, p. 50.

⁶⁹ 71. ALBERTON, Genacéia da Silva. A desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor aspectos processuais, p. 20.

administração⁷⁰, afastando também tal hipótese dos contornos da desconsideração propriamente dita. Tal desleixo dos administradores é uma questão de comprovação muito difícil, pois uma atitude arriscada que gera prejuízos pode ser considerada má administração, contudo, se a mesma atitude produz grandes lucros, trata-se de atitude arrojada e genial, demonstrando a dificuldade prática da introdução deste particular.

2.7.9 A Desconsideração e os Grupos, Consórcios e Sociedades Coligadas

Os parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo referem-se a responsabilidade pelos danos causados ao consumidor no caso de grupos societários, consórcios e sociedades coligadas, estabelecem a responsabilidade no caso de sociedades que mantêm entre si alguma relação.

Nos grupos, cujo conceito é controvertido, há responsabilidade subsidiária, vale dizer, se a sociedade causadora do dano ao consumidor, não tiver condições de ressarcir-lo, o consumidor poderá se socorrer do patrimônio das demais integrantes do grupo. Já nos consórcios (reuniões de sociedades para realizar determinado empreendimento; art. 278 da Lei 6.404/76) a responsabilidade é solidária, ou seja, o consumidor escolhe entre as integrantes do consórcio aquela da qual ele irá cobrar o seu prejuízo. Por fim, há referência às sociedades coligadas (ma é sócia da outra com mais de 10% do seu capital, sem controla-la - artigo 245, § 1º da Lei 6.404/76), exigindo-se a culpa para responsabilização da sociedade que não agiu perante o consumidor.

Tais hipóteses também não se referem à desconsideração propriamente dita⁷¹, mas a instituto diverso, no sentido da extensão da responsabilidade das sociedades que mantêm relações entre si.

"Embora estejam intergradados no rótulo da desconsideração, as hipóteses ali previstas se afastam do tema.

⁷⁰ COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de direito comercial, v. 2, p. 51.

⁷¹SILVA, Alexandre Couto, Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro, p. 159; KRIGER FILHO, Domingos Afonso. Aspectos da desconsideração da personalidade societária na lei do consumidor, p. 82.

Nesses parágrafos há apenas a preocupação com a responsabilidade das sociedades controladas, consorciadas e integrantes de grupo, dando-lhe responsabilidade subsidiária ou solidária e reforçando os limites da coligadas. Note-se, pois, que não há efetiva desconsideração, mas, sim, consideração de cada uma, aumentando o seu âmbito de responsabilidade ⁷².

2.7.10 O Parágrafo Quinto do Artigo 28

Elencando expressamente no "caput" algumas causas de desconsideração, o artigo 28 § 5º afirma que "também poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica, sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores". A extensão de tal dispositivo deu margem a diversas controvérsias de interpretação, e novas críticas.

Para Zelmo Denari⁷³, o parágrafo quinto é que foi vetado, ao contrário do parágrafo primeiro, que consta como vetado, a luz das razões do veto presidencial. Assim, o referido parágrafo não existe no mundo jurídico. Tal interpretação é incoerente na medida em que pressupõe um erro legislativo do presidente da república, não corrigido num prazo de 10 anos.

Luiz Antônio Rizzato Nunes⁷⁴ ao analisar o referido dispositivo entende que as hipóteses do caput do artigo 28 são meramente exemplificativas, sendo completadas pelo parágrafo quinto, pelo qual bastaria a existência do prejuízo em razão da autonomia patrimonial para aplicar a desconsideração. Tal linha de entendimento parece ser partilhada por Guilherme Fernandes Neto⁷⁵.

Tal orientação, embora seja plausível, não é melhor sobre a matéria. Conquanto a proteção do consumidor seja importante, sendo um princípio basilar do CDC, é certo que a pessoa jurídica também é importantíssima, sendo um dos mais importantes institutos do direito privado. A prevalência de tal interpretação

⁷² ALBERTON, Genacéia da Silva. A desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor ; aspectos processuais, p. 20.

⁷³ DENARI, Zelmo, in: GRINOVER, Ada Pellegrini (Coordenadora). Código de Defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p. 197.

⁷⁴ NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Comentários ao código de defesa do consumidor: parte material. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 357-358.

representaria a revogação do artigo 20 do Código Civil no âmbito do direito do consumidor, objetivo que não parece ter sido visado pelo legislador pátrio, dada a importância do instituto. Além do que, a própria forma com que foi colocada tal regra, no parágrafo quinto, não nos permite interpretá-la literalmente e, por conseguinte ignorar o caput do referido dispositivo.

Luciano Amaro faz uma crítica extremamente procedente afirmando que a interpretação literal levaria a seguinte situação analógica: "Se causares prejuízo com abuso irás preso; também irás preso se causares prejuízo por má administração; e também irás preso sempre que, de qualquer forma, causares prejuízo"⁷⁶. Não é o simples prejuízo que autoriza a desconsideração, há que se fazer uma interpretação lógica e teleológica do dispositivo.

Para Fábio Ulhoa Coelho⁷⁷ deve se fazer uma interpretação sistemática, aplicando o § 5º somente no que tange às sanções não pecuniárias (a proibição de fabricação do produto, suspensão das atividades ou do fornecimento de produto ou serviço (artigo 56 do CDC), porquanto na interpretação literal se desvirtua completamente a teoria, e se revoga o artigo 20 do C. C, extinguindo a pessoa jurídica no âmbito do direito do consumidor.

Embora mais coerente, tal posição nos parece também equivocada porquanto o texto do referido parágrafo fala em ressarcimento, o que indica a natureza pecuniária da aplicação desconsideração.

Outros autores, a nosso ver, com razão entendem que o referido parágrafo não pode ser interpretado como uma extinção da autonomia patrimonial no âmbito do direito do consumidor, devendo ser interpretado como uma possibilidade de desconsideração a mais, sem contudo, abstrair os fundamentos da desconsideração. Para Luciano Amaro, há que se entender o parágrafo como uma abertura do rol das hipóteses, sem abrir mão dos pressupostos teóricos da doutrina da desconsideração⁷⁸.

⁷⁵FERNANDES NETO, Guilherme. O abuso do direito no código de defesa do consumidor: cláusulas, práticas e publicidades abusivas. Brasília: Brasília Jurídica, 1999, p. 187-188.

⁷⁶ AMARO, Luciano. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor, p. 178.

⁷⁷ COELHO, Fábio Ulhoa, Curso de direito comercial, vol. 2, p. 52, no mesmo sentido, ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, A desconsideração da personalidade jurídica e o direito do consumidor: Um estudo de direito civil constitucional, p. 272-273.

⁷⁸ AMARO, Luciano, Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor, p. 179, no mesmo sentido RODRIGUES, Simone Gomes. Desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor, p. 19.

Genacéia da Silva Alberton afirma que: "no que se refere ao § 5º do art. 28, é necessário interpretá-lo com cautela. A mera existência de prejuízo patrimonial não é suficiente para a desconsideração. Leia-se, quando a personalidade jurídica for óbice ao justo ressarcimento do consumidor"⁷⁹.

Esse justo ressarcimento é o cerne da interpretação do referido dispositivo. Haverá a desconsideração se a pessoa jurídica foi indevidamente utilizada, e por isso impede o ressarcimento do consumidor, pois em tal caso haveria injustiça.

No caso, por exemplo, de um acidente com os produtos, ou de um furto de todo o dinheiro da sociedade, o não ressarcimento do consumidor é justo, pois decorreu de um fato imprevisto, e não da indevida utilização do expediente da autonomia patrimonial. Assim, quando a personalidade jurídica for usada de forma injusta, caberá a desconsideração.

E não se diga que o risco inerente à atividade econômica impõe a desconsideração na hipótese, pois tal risco é da pessoa jurídica, sujeito de direito autônomo e não do sócio. O risco do sócio é limitado de acordo com o tipo societário escolhido, não tendo a ver com a sorte econômica da empresa.

Ademais, ainda que se cogite de uma responsabilidade objetiva há que existir um nexo de causalidade entre a conduta do sócio ou do administrador e o dano, o que só ocorrerá em se prestigiando essa última interpretação.

2.8 A DESCONSIDERAÇÃO NO NOVO CÓDIGO CIVIL

O projeto de Código Civil, ao tratar da desconsideração, estabelecia a expulsão do sócio, ou a dissolução da sociedade, o que foi extremamente criticado pela doutrina, pois além de se distanciar da teoria da desconsideração não atendia aos objetivos da mesma. Todavia, o projeto já foi emendado e passou a ter a seguinte redação:

"Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, o juiz pode decidir, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no

⁷⁹ALBERTON, Genacéia da Silva, Desconsideração da personalidade jurídica; aspectos processuais, p.21.

processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica".

A desconsideração neste particular vem claramente positivada como uma forma de repressão ao abuso na utilização da personalidade jurídica das sociedades, fundamento primitivo da própria teoria da desconsideração. Assim, vê-se que o direito positivo acolhe a teoria da desconsideração em seus reais contornos.

Tal abuso poderá ser provado pelo desvio da finalidade ou pela confusão patrimonial. Ao contrário do que possa parecer, nosso código não acolhe a concepção objetiva da teoria, pois a confusão patrimonial não é fundamento suficiente para a desconsideração, sendo simplesmente um meio importantíssimo de comprovar o abuso da personalidade jurídica, que ocorre nas hipóteses do abuso de direito e da fraude. Destarte, o necessário para a desconsideração é o abuso da personalidade jurídica, que pode ser provado inclusive pela configuração de uma confusão patrimonial.

A par disso, a nova legislação deixa claro que a desconsideração não extingue a pessoa jurídica, mas estende os efeitos de determinadas obrigações aos sócios e administradores, vale dizer, há uma suspensão episódica da autonomia da pessoa jurídica.

Não se trata, em verdade, de uma inovação, pois a aplicação da desconsideração independe de fundamento legal, e já podia ser aplicada com os mesmos contornos. Todavia, nossa tradição, extremamente ligada ao direito escrito, impõe o acolhimento da teoria da desconsideração pelo direito positivo, facilitando sua aplicação, tendo em vista a existência de um fundamento legal explícito. Portanto, a positivação da teoria em tais termos mostra-se extremamente interessante, para se reconhecer a relativização da personalidade jurídica⁸⁰.

⁸⁰ VERRUCOLI, Piero. Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella Common Law e nella Civil Law, p. 20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CDC é diploma largamente inovador tanto no que se refere ao Direito Material, quanto no que se refere ao Direito Processual. Insere-se no contexto da evolução do Direito Moderno ao voltar-se à proteção e tutela de direitos personalísticos, individuais, coletivos, difusos, do hipossuficiente, etc... Nesse contexto inovador, tem relevância a introdução pioneira, no ordenamento jurídico pátrio, da Doutrina da Desconsideração da Pessoa Jurídica.

O art. 28 desse Estatuto representa o estendimento da *longa manus* do Estado, para alcançar aqueles atos que, apesar de conformarem-se ao figurino do estrito modelo legal, representam violação do ordenamento jurídico naquilo que possui de mais caro, seus valores e seus princípios asseguradores da paz, da boa fé, do convívio social harmonioso e da justiça.

A despeito de alguma impropriedade da redação, sob o aspecto dogmático ou doutrinário, conforme discutido neste trabalho, o art. 28 do CDC representa um grande avanço não só no campo específico do Direito Tutelar do Consumidor como também de todo o Direito Posto Nacional.

Conclui-se que os juristas pátrios, com a sabedoria que lhes são peculiar, buscaram trazer para o nosso ordenamento jurídico as estipulações sobre a teoria da “*disregard*” doutrina que ainda demanda novas regulações normativas.

É inafastável a importância da parte histórica do Direito que trata deste instituto. Na parte histórica temos os estudos sobre as legislações que serviram de base para as nossas regras atuais. Em especial a legislação codificada no Direito europeu no último século, que conforma a parte tradicional do Direito vigente, nos auxiliam a criar disposições com maior conteúdo social e consistência para enfrentar as situações cotidianas no meio político, social e econômico.

Conclui-se também, que no emaranhado legislativo de nosso sistema jurídico é fato que as leis, enquanto regras obrigatórias de conduta social impostas pelo Estado, devem proteger os Direitos do cidadão, preservando as liberdades individuais e propiciando aos lesados, os instrumentos jurídicos necessários para requerem ao Estado a tutela de seus Direitos.

A economia do país é importante na formalização das leis em um ordenamento jurídico. Em uma economia capitalista como a nossa, desde a última

década há uma tendência *neo liberal*. O *neo liberalismo* defende que as forças do mercado se auto regulem no campo econômico, com uma redução da participação do Estado na regulação das relações econômica. Inobstante o modelo econômico, legislador pátrio vem tendo uma participação cada vez mais ativa na formulação de mecanismos eficazes de proteção para a parte tida como mais fraca na relação econômica. Entendemos que essa proteção é importante principalmente quando essas ações são perpetradas pelos grandes grupos econômicos que atuam no mundo inteiro.

Todavia, as condições econômicas são influenciadas por fatores de natureza diversificada, especialmente pelas políticas de condução da economia. As leis devem possuir ações coibitivas dos abusos contra os mais fracos, com ênfase para os casos em que aqueles, usando da pessoa jurídica, agiram de modo fraudulento ou abusivo, burlando a lei, violando obrigações contratuais ou prejudicando terceiros.

Entende-se que o Direito não se rege por princípios absolutos como instrumento formal que é, pois possui características relativas e se encontra a serviço do cidadão.

A introdução positivada, ainda que restrita, da teoria da despersonalização da personalidade jurídica em nossa legislação é um avanço relevante para aproximação da realização da justiça como medida eficaz de reparação dos danos causados pelas pessoas que se escudam nas pessoas jurídicas para a prática de ilícitudes.

Conclui-se ainda que é necessário uma ampliação positivada da aplicação à teoria da despersonalização da personalidade jurídica em nosso ordenamento pátrio estendendo-a para todas as situações em a pessoa jurídica for utilizada de modo fraudulento pelos seus sócios.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Genacéia da Silva. A desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor; aspectos processuais. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, nº 7, p. 7-29, jul-set/93.

ALMEIDA, Amador Paes de. Execução de bens dos sócios: obrigações mercantis, tributárias, trabalhistas: da desconsideração da personalidade jurídica (doutrina e jurisprudência). 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. A desconsideração da personalidade jurídica e o direito do consumidor: Um estudo de direito civil constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Coordenador). *Problemas de direito civil constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 243;278.

AMARO, Luciano. Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, nº 5, p. 168-182, jan-mar/93.

ASCARELLI, Túlio. *Problemas das sociedades anônimas e direito comparado*. Campinas: Bookseller, 2001.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1999, v. 2.

_____. *O empresário e os direitos do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. *Desconsideração da personalidade jurídica*. São Paulo: RT, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. *O poder de controle na sociedade anônima*. 2 ed. São Paulo: RT, 1977.

FERNANDES NETO, Guilherme. *O abuso do direito no código de defesa do consumidor: cláusulas, práticas e publicidades abusivas*. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

FERRARA, Francesco. *Trattato di diritto civile italiano*. Roma: Athenaeum, 1921.

_____. *Le persone giuridiche*. 2. ed. Torino:UTET, 1956.

FRANCO, Vera Helena de Mello. *Manual de direito comercial*. São Paulo: RT, 2001, V. 1.

GARRIGUES, Joaquín. *Curso de derecho mercantil*. 7. ed. Bogotá: Temis, 1987, 5 v.

GRINOVER, Ada Pellegrini (Coordenadora). *Código de Defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GUIMARÃES, Flávia Lefèvre. *Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor aspectos processuais*. São Paulo: Max Limonad, 1998.

HALPERIN, Isaac. *Sociedades Anónimas. Actualizada e ampliada por Julio C. Otaegui*. 2. ed. Buenos Aires: Depalma, 1998.

HAMILTON, Robert W. *The Law of corporations*. 5. ed. St. Paul: West Group, 2000.

HENN, Harry G. e ALEXANDER, John R. *Law of corporations*. 3. ed. St. Paul: West Group, 1983.

HUBERT, Beno Frederico. *Desconsideração da pessoa jurídica nos tribunais*. Curitiba: JM, 1999.

JOSSERAND, Louis. *Del abuso de los derechos y otros ensaios*. Bogotá: Temis, 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Desconsideração da personalidade societária no direito brasileiro*. São Paulo: RT, 1987.

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. *A desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine) e os grupos de empresas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

KRIGER FILHO, Domingos Afonso. *Aspectos da desconsideração da personalidade societária na lei do consumidor*. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, nº 13, p. 78-86, jan/mar/95.

LARENZ, Karl. *Metodología de la ciencia del derecho. Traducción y revisión de Marcelino Rodríguez Molinero*. Barcelona: Ariel, 1994

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. *Comentários ao código de defesa do consumidor: parte material*. São Paulo: Saraiva, 2000.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. *Teoria geral do direito civil*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1998, v. 1.

_____. *Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica*. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, vol. 58, nº 410, p. 12-24, dez/69.

RODRIGUES, Simone Gomes. *Desconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor*. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, nº 11, p. 7-20, jul-set/94.

SERICK, Rolf. *Apariencia y realidad em las sociedades mercantiles: El abuso de derecho por meido de la persona jurídica. Traducción y comentarios de derecho Español por José Puig Brutau*. Barcelona: Ariel, 1958.

SILVA, Alexandre Couto. Aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro. São Paulo: LTR, 1999.

VERRUCOLI, Piero. Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella Common Law e nella Civil Law. Milano: Giuffrè, 1964.

ZANNONI, Eduardo A. La normativa societaria ante los actos fraudulentos de le la teoría del "disregard". Revista de direito civil, imobiliário, agrário e empresarial. São Paulo, ano 3, nº 9, p. 165-180, jul-set 1979.

WARAT, Luis Alberto. Abuso Del derecho y lagunas de la ley. Buenos Aires: Abeledo- Perrot, 1969.

WORMSER, I. Maurice. Disregard of corporate fiction and allied corporation problems. Washington: Beard Books, 2000.

Informações bibliográficas:

Conforme a NBR 6023:2000 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

TOMAZETTE, Marlon. A desconsideração da personalidade jurídica: a teoria, o CDC e o novo Código Civil. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3104>>. Acesso em: 03 abr. 2003 .